



Boletim PNAD
Resultados da PNAD 2013
Condições de moradia
Dezembro de 2014



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Lucigleide Nery Nascimento
Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi) Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Christiana Fausto

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Ludmila Nagamatsu

Editoração
Marta Barreto

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1 (2014 -). — Salvador : SEI, 2014.

v.2
n.3
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.
Cep: 41.745-002, Salvador (BA)
Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

RESULTADOS DA PNAD 2013 – CONDIÇÕES DE MORADIA

APRESENTAÇÃO

O presente boletim temático da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) analisa as condições de moradia no Estado da Bahia para o período compreendido entre 2007 e 2013. As tabelas e os gráficos elaborados pela Diretoria de Pesquisas (Dipeq) da SEI possuem como fonte os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o referido período, investigou-se: o tipo de habitação; a condição da ocupação; o material predominante na cobertura dos domicílios e na construção das paredes externas; a existência de energia elétrica nos domicílios e a forma de iluminação; o abastecimento de água e a configuração; o esgotamento sanitário e o tipo; o destino do lixo; a existência de bens duráveis; e o tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho.

Acesso à moradia é um direito social garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Porém, fatores como o crescimento desordenado dos municípios e/ou urbanização sem controle afetam negativamente as condições de moradia. O uso de materiais precários nas construções e a falta de serviços básicos elevam a vulnerabilidade dos domicílios e dos que neles residem.

No Estado da Bahia, aumentou o número de domicílios e esses continuam majoritariamente urbanos. O percentual de casa supera os dos outros tipos de habitação. Os domicílios são prioritariamente próprios, constituídos por paredes de alvenaria e telhas como material principal na cobertura. A iluminação elétrica é quase universal, o que influencia o uso de bens duráveis nos domicílios.

O acesso dos domicílios a veículos (carro e motocicleta) está abaixo de 20%. E quase metade do total de pessoas gasta até 30 minutos no percurso casa-trabalho principal.

MORADIA NA BAHIA NO PERÍODO 2007 A 2013

Na Bahia, em 2007, foram contabilizados 4.064.691 domicílios. Houve um acréscimo de 758.259 habitações, e o número total passou a ser de 4.822.950, em 2013. Os domicílios no estado da Bahia são predominantemente urbanos. Em 2007, correspondiam a 69,59% do total. Em 2013, esse índice passou a 75,62%. Em contrapartida, diminuiu o número de domicílios rurais, que foi de 1.176.027, em 2013, e 1.235.943 em 2007.

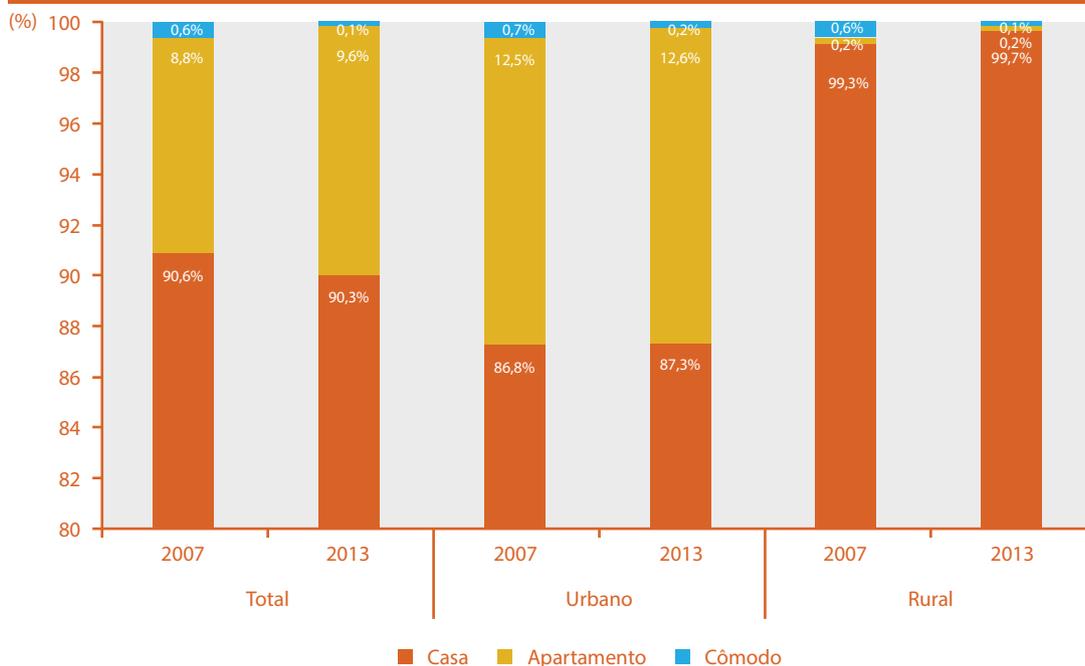
Tipo de habitação

Na Bahia, os domicílios são, majoritariamente, casas. Em 2007 e 2013 esses percentuais ultrapassavam 90%, respectivamente

90,6% e 90,3%, como revela o Gráfico 1. O percentual de apartamentos ocupa a segunda posição. Em 2013, o índice foi de 9,6% contra 8,8% em 2007. A melhoria na condição da moradia ocorreu com a redução do percentual dos que residiam em cômodos. A percentagem foi de apenas 0,1%, em 2013, ante a 0,6% em 2007.

Ao focar a análise na situação censitária, apesar da casa constituir a principal forma de domicílio em 2007 e 2013, no meio urbano, com respectivamente 86,8% e 87,3%, é, no meio rural que esse tipo de habitação é quase universal. Em 2007, 99,3% dos domicílios rurais eram casas e, em 2013, esse índice foi de 99,7%.

Gráfico 1
Domicílios segundo tipo de habitação – Bahia – 2007/2013



Fonte: IBGE – PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

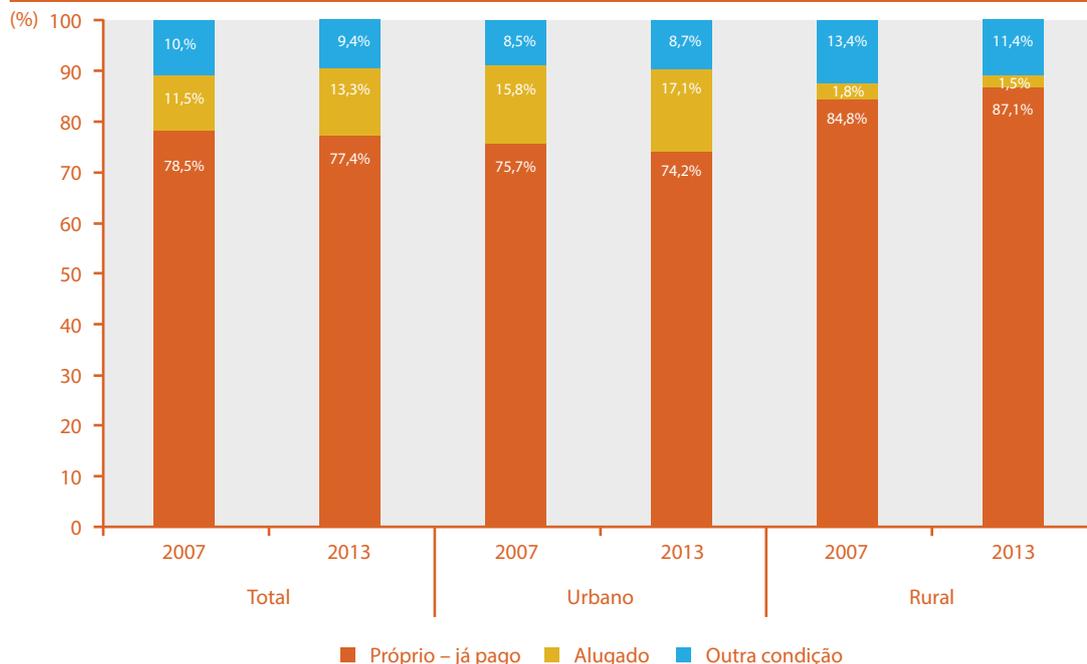
Na zona urbana, onde apartamento é a segunda principal forma de domicílio, não ocorreu mudança substancial no percentual de domicílios do tipo apartamento para o período em estudo. Em 2007, 12,5% das habitações eram apartamentos. Em 2013, esse índice foi de 12,6%.

Espécie: condição da ocupação

No total da Bahia, e nos meios urbano e rural, para o período em análise, os domicílios se enquadram, principalmente, na categoria Próprio – já pago (Gráfico 2). No total da Bahia, em 2007 e 2013, a segunda condição da ocupação com maior percentual é a dos domicílios *Alugados*, com respectivamente 11,5% e 13,3%. *Outra condição* ocupa a terceira posição e inclui as categorias: *Próprio – ainda pagando*, *Cedido de outra forma*, *Cedido por empregador* e *Outra condição*. O maior valor observado foi para a subcategoria *Cedido de outra forma* com percentuais próximos a 5%.

Na zona urbana, para o período em análise, os domicílios da espécie *Alugado* também despontam na segunda posição. Em 2007, 15,8% dos domicílios eram alugados. Em 2013, esse índice passou para 17,1%. Uma variação de 1,3 pontos percentuais. Isso ocorre, provavelmente, porque as relações contratuais são mais formalizadas do que no meio rural, onde o subgrupo *Cedido por empregador*, incluído aqui em *Outra condição*, ocupou o segundo lugar, com 8,4%, em 2007, e 5,4%, em 2013. Na zona rural, em 2007, apenas 1,8% dos domicílios eram alugados. Em 2013, esse percentual caiu para 1,5%.

Gráfico 2
Domicílios segundo condição da ocupação – Bahia – 2007/2013



Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

Material predominante na cobertura

Na Bahia, em 2007, a telha era o material predominante na cobertura dos domicílios, com o percentual de 82%. Em 2013, apesar de ainda dominante, diminuiu o uso das telhas como telhado dos domicílios, pois o índice caiu para 78,1%. Em contrapartida, aumentou a percentagem das residências cobertas por laje de concreto. Em 2013, a laje de concreto correspondia a 20,7% ante 17,4% em 2007 (Tabela 1).

O uso da telha é quase universal no meio rural. Em 2007, 98,6% dos domicílios utilizavam telha como forma principal. Em 2013, esse índice era de 98,7%. Na zona urbana, a laje de concreto ocupa a segunda posição como material predominante na cobertura dos domicílios com índice considerável. Esse percentual elevou-se no período em estudo. Em 2007, o índice era de 24,7%, passando a 27,1% em 2013.

Tabela 1
Domicílios segundo material predominante na cobertura – Bahia – 2007/2013

(Em milhares)

Material predominante na cobertura (telhado) do domicílio	2007						2013					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%										
Telha	3.332.854	82,0	2.113.994	74,7	1.218.860	98,6	3.768.219	78,1	2.607.663	71,5	1.160.556	98,7
Laje de concreto	705.894	17,4	698.763	24,7	7.131	0,6	996.527	20,7	986.980	27,1	9.547	0,8
Madeira aparelhada	2.013	0,0	977	0,0	1.036	0,1	1.060	0,0	1.060	0,0	-	-
Zinco	10.182	0,3	6.443	0,2	3.739	0,3	14.122	0,3	12.641	0,3	1.481	0,1
Madeira aproveitada	517	0,0	-	-	517	0,0	1.481	0,0	740	0,0	741	0,1
Palha	3.106	0,1	-	-	3.106	0,3	1.480	0,0	-	-	1.480	0,1
Outro material	10.125	0,2	8.571	0,3	1.554	0,1	40.061	0,8	37.839	1,0	2.222	0,2

Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

- dado igual à zero, não resultante de arredondamento.

Material predominante na construção das paredes externas do domicílio

Observa-se na Tabela 2 que 96,8% dos domicílios do total do estado da Bahia, em 2007, possuíam a *alvenaria* como material predominante na construção das paredes externas dos lares. Em 2013, esse índice passou para 97,8%. Existe uma quase universalização do uso desse material. O segundo tipo de matéria-prima mais comumente utilizado é a *taipa não revestida*, principalmente no meio rural. Mas esse se posiciona distante do primeiro colocado.

Tabela 2
Domicílios segundo material predominante na construção das paredes externas – Bahia – 2007/2013
(Em milhares)

Material	2007						2013					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%										
Alvenaria	3.933.941	96,8	2.778.710	98,2	1.155.231	93,5	4.718.078	97,8	3.605.622	98,9	1.112.456	94,6
Madeira aparelhada	18.638	0,5	14.782	0,5	3.856	0,3	9.007	0,2	6.044	0,2	2.963	0,3
Taipa não revestida	64.428	1,6	12.942	0,5	51.486	4,2	33.757	0,7	3.823	0,1	29.934	2,5
Outro material (1)	47.684	1	22.314	1	25.370	2	62.108	1	31.434	1	30.674	3

Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

(1) Inclui madeira aproveitada, palha e outro material.

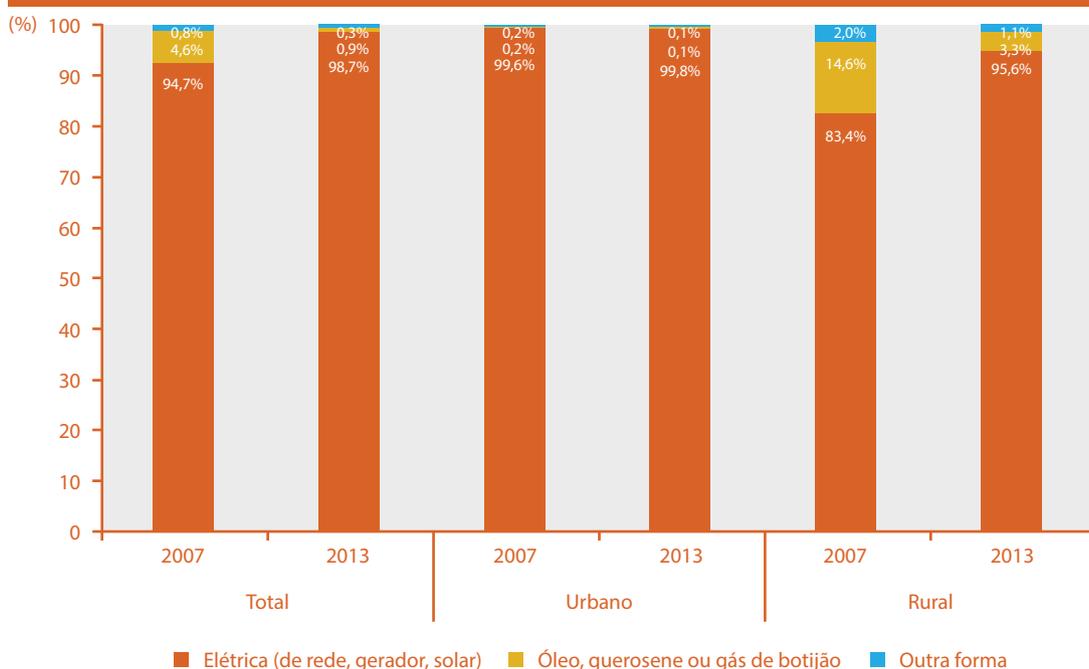
No meio urbano, o percentual de domicílios com paredes externas construídas com alvenaria é superior ao rural. Em 2007, o índice era de 98,2% na zona urbana e 93,5% no meio rural. Em 2013, esses percentuais sofreram elevação e passaram para 98,9% no meio urbano e 94,6% no rural.

Acesso a serviços básicos: energia e saneamento

Energia

Em toda a Bahia, existe uma quase universalização da iluminação elétrica e esse percentual aumentou no período em análise. Em 2007, 94,7% dos domicílios possuíam iluminação

Gráfico 3
Domicílios segundo forma de iluminação – Bahia – 2007/2013



Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

elétrica (de rede, gerador, solar) segundo o Gráfico 3. Em 2013, esse percentual passou a 98,7%. Uma variação positiva de 4,0 pontos percentuais.

No meio urbano, os percentuais para 2007 e 2013 foram ainda superiores ao do total do estado, chegando a 99,6%, em 2007, e 99,8% em 2013. A contribuição de outras fontes originava, principalmente, da zona rural da Bahia, visto que, em 2007, 14,6% dos domicílios eram iluminados por óleo, querosene ou gás de botijão, uso gradativamente diminuído nesta área. Em 2013, esse índice já havia caído para 3,3%.

Saneamento

Em relação a saneamento, a PNAD investigou a existência de água canalizada e a origem dos recursos hídricos; a forma de escoamento do banheiro ou sanitário; e o destino dos resíduos sólidos provenientes dos domicílios.

Água

Para o Estado da Bahia, em 2007, 81,9% dos domicílios possuíam canalização interna. Esse número avançou para 90,2%, em 2013, e a forma de abastecimento para o período é majoritariamente a *Rede geral de distribuição*. Em contrapartida, observa-se, na Tabela 3, uma diminuição do percentual de domicílios do Estado sem canalização interna de água.

Enquanto a zona urbana se aproxima da universalização dos domicílios com abastecimento interno, com um percentual de 95,6%, em 2007, e 97,3%, em 2013, na zona rural a situação é mais precária. Em 2007, 50,5% dos domicílios rurais possuíam canalização interna. Em 2013, apesar do avanço de 17,8 pontos percentuais para o período em análise, esse percentual foi de 68,3%. Nesse meio, enquanto a *Rede geral de distribuição* é a fonte principal dos domicílios com canalização interna, os poços ou nascentes constituem as principais fontes de recursos hídricos dos domicílios sem canalização interna.

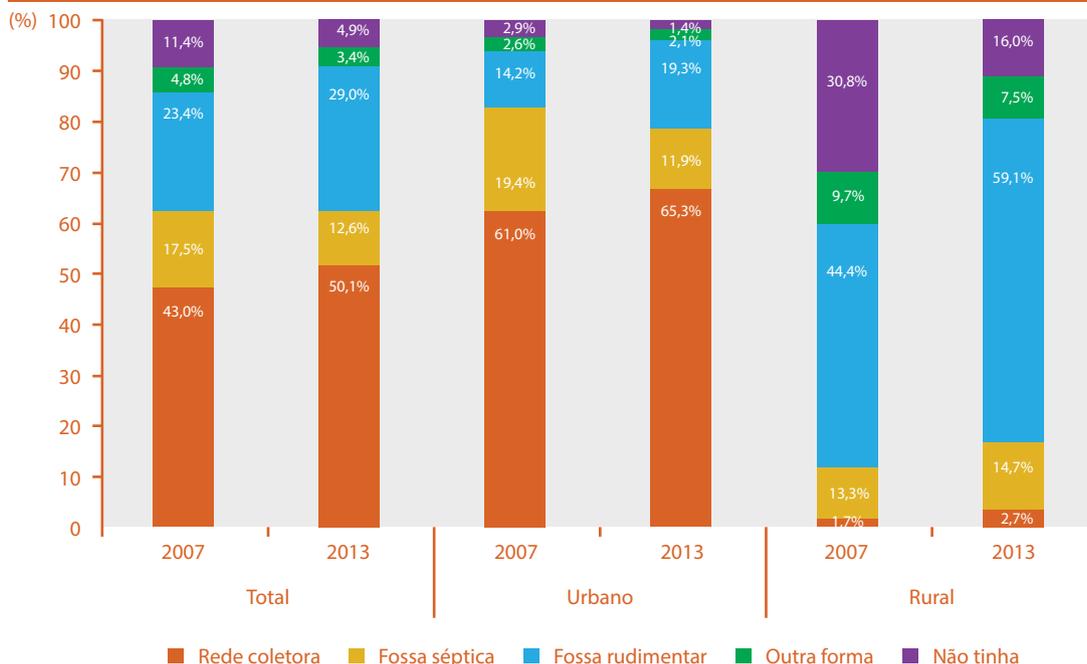
Tabela 3												
Abastecimento de água nos domicílios – Bahia – 2007/2013												
(Em milhares)												
Forma de abastecimento de água	2007						2013					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%	Domicílio	%
Com canalização Interna	3.327.222	81,9	2.703.448	95,6	623.774	50,5	4.351.353	90,2	3.548.138	97,3	803.215	68,3
Rede geral de distribuição	2.979.074	73,3	2.657.824	94,0	321.250	26,0	3.931.533	81,5	3.462.290	94,9	469.243	39,9
Poço ou nascente	326.751	8,0	43.609	1,5	283.142	22,9	378.889	7,9	78.966	2,2	299.923	25,5
Outra proveniência	21.397	0,5	2.015	0,1	19.382	1,6	40.931	0,8	6.882	0,2	34.049	2,9
Sem canalização Interna	737.469	18,1	125.300	4,4	612.169	49,5	471.597	9,8	98.785	2,7	372.812	31,7
Rede geral de distribuição	128.975	3,2	57.301	2,0	71.674	5,8	65.119	1,4	34.553	0,9	30.566	2,6
Poço ou nascente	332.952	8,2	24.050	0,9	308.902	25,0	197.196	4,1	21.530	0,6	175.666	14,9
Outra proveniência	275.542	6,8	43.949	1,6	231.593	18,7	209.282	4,3	42.702	1,2	166.580	14,2

Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

Esgoto

Observa-se no Gráfico 4 que, para o total da Bahia, para 2013, apenas metade dos domicílios estavam conectados à rede coletora de esgoto ou pluvial (50,1%). Esse fato representou um avanço de 7,1 pontos percentuais na cobertura do esgotamento sanitário nos domicílios em comparação a 2007. A fossa rudimentar é a segunda forma mais utilizada como esgotamento sanitário no total do Estado. Em 2007, esse índice correspondeu a 23,4%, passando para 29,0% em 2013. Progresso também ocorreu em relação à diminuição de 6,5 pontos do percentual dos domicílios que não possuíam esgotamento sanitário.

Gráfico 4
Esgotamento sanitário nos domicílios – Bahia – 2007/2013



Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

No meio urbano, o percentual dos domicílios que estão conectados à rede coletora de esgoto ou pluvial influencia positivamente os índices do Estado. Em 2013, foi de 65,3% ante 61,0% em 2007. Porém, para o período estudado, diminuiu o percentual do uso de fossa séptica e aumentou o de fossa rudimentar.

Na zona rural, a fossa rudimentar é a forma mais utilizada de esgotamento sanitário dos domicílios, com uma variação positiva de 14,7 pontos percentuais. Em 2007, 44,4% de domicílios dispunham de fossa rudimentar. Em 2013, esse número foi de 59,1%. A fossa séptica contribuiu com 13,3%, em 2007, e 14,7%, em 2013, da cobertura de esgoto na zona rural da Bahia. É importante mencionar o efeito positivo das políticas de saneamento no estado comprovado através da diminuição do índice dos domicílios que não possuíam nenhum tipo de esgotamento sanitário.

Destino do lixo

O principal destino dos resíduos sólidos, no total do Estado da Bahia, é a coleta direta. Em 2007, o índice chegou a 58,6%, e, em 2013, a 69,2%. Apesar do progresso, em

Tabela 4
Domicílios segundo o destino do lixo – Bahia – 2007/2013

(Em milhares)

Destino do lixo	2007						2013					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi-cílio	%										
Coletado diretamente	2.382.833	58,6	2.173.724	76,8	209.109	16,9	3.339.012	69,2	3.093.136	84,8	245.876	20,9
Coletado indiretamente	607.909	15,0	570.628	20,2	37.281	3,0	534.994	11,1	483.055	13,2	51.939	4,4
Queimado ou enterrado na propriedade	834.762	20,5	48.090	1,7	786.672	63,6	852.048	17,7	45.859	1,3	806.189	68,6
Jogado em terreno baldio ou logradouro	237.979	5,9	35.098	1,2	202.881	16,4	89.273	1,9	21.692	0,6	67.581	5,7
Jogado em rio, lago ou mar	1.208	0,0	1.208	0,0	-	-	1.801	-	1.801	0,0	0	-
Outro destino	-	-	-	-	-	-	5.822	0,1	1.380	0,0	4.442	0,4

Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

relação a esse índice, de 10,6 pontos percentuais, a situação é preocupante, visto que o lixo é fonte direta em potencial de contaminação do meio ambiente e abriga vetores de doenças. A segunda forma mais comum de destino dos resíduos sólidos no estado é a categoria *Queimado ou enterrado na propriedade*, cujos índices foram de 20,5%, em 2007, e 17,7% em 2013.

A zona urbana apresenta percentuais mais elevados para a categoria *Coletado diretamente*. Em 2013, o percentual foi de 84,8% ante a 76,8% em 2007. O progresso nesse meio foi também superior, totalizando 8 pontos percentuais. O segundo principal destino na zona urbana é a coleta indireta.

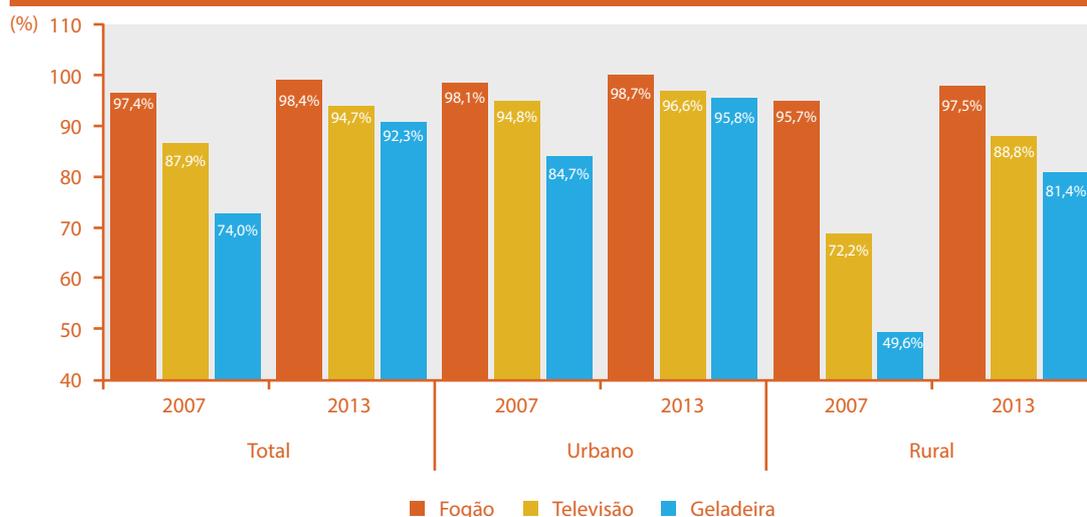
No meio rural, o lixo é, principalmente, queimado ou enterrado na propriedade. Em 2007, o índice era de 63,6%. Em 2013, o percentual foi de 68,6%. Ocorreu uma mudança significativa no destino do lixo da zona rural. Em 2007, o percentual dos domicílios onde o lixo era coletado diretamente (16,9%) e da percentagem do jogado em terreno baldio ou logradouro (16,4%) quase se igualavam. Porém, em 2013, diminuiu significativamente o percentual dos domicílios que jogavam o lixo em terreno baldio ou logradouro (5,7%), mas aumentou o índice das categorias *Queimado ou enterrado na propriedade e Coletado diretamente*.

Existência de bens duráveis nos domicílios

O fogão é um bem quase universal no total dos domicílios baianos, e nos meios urbano e rural. A sua existência ultrapassa 95%. Em 2007, para o total da Bahia, 97,4% dos domicílios possuíam fogão. Em 2013, o índice foi de 98,4% (Gráfico 5).

A existência de televisão, assim como de geladeira, aumentou no estado da Bahia. Em 2013, 94,7% dos domicílios possuíam televisão ante a 87,9% em 2007. Ocorreu uma elevação no índice dos domicílios com televisão no meio urbano, de 94,8% para 96,6%. Todavia, no meio rural, o acréscimo foi mais significativo. Em 2007, o percentual era de 72,2%. Em 2013, foi de 88,8%. Uma elevação de 16,6 pontos percentuais.

Gráfico 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2007/2013



Fonte: IBGE–PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

A geladeira está se popularizando no meio rural. Em 2007, 49,6% dos domicílios rurais possuíam geladeira. Em 2013, esse número foi de 81,4%. O avanço foi de 31,8 pontos percentuais. O aumento no acesso a energia elétrica influenciou esse uso.

Para o total da Bahia, dos domicílios que possuíam computadores, em 2007 (13,9%), o percentual de 74,6% possuía acesso à internet. Em 2013, ocorreu uma elevação desses percentuais. Dos

Tabela 5
Existência de bens duráveis nos domicílios – Bahia – 2007/2013

(Em milhares)

Bens duráveis	2007						2013					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	Domi- cílio	%										
Fogão	3.959.307	97,4	2.776.402	98,1	1.182.905	95,7	4.744.996	98,4	3.598.579	98,7	1.146.417	97,5
Televisão	3.574.355	87,9	2.681.432	94,8	892.923	72,2	4.565.746	94,7	3.521.274	96,6	1.044.472	88,8
Geladeira	3.009.317	74,0	2.395.861	84,7	613.456	49,6	4.449.825	92,3	3.492.068	95,8	957.757	81,4
Máquina de lavar roupa	507.117	12,5	487.849	17,2	19.268	1,6	1.208.181	25,1	1.151.677	31,6	56.504	4,8
Computador	564.241	13,9	551.987	19,5	12.254	1,0	1.680.383	34,8	1.594.574	43,7	85.809	7,3
Computador com acesso à internet	420.775	74,6	416.288	75,4	4.487	36,6	1.460.000	86,9	1.405.085	88,1	54.915	64,0
Telefone móvel celular	2.000.481	49,2	1.768.188	62,5	232.293	18,8	4.092.087	84,8	3.332.617	91,4	759.470	64,6
Telefone fixo	1.201.346	29,6	1.153.140	40,8	48.206	3,9	1.086.844	22,5	1.046.205	28,7	40.639	3,5
Carro	896.818	18,6	779.587	21,4	117.231	10,0
Motocicleta	776.352	16,1	462.691	12,7	313.661	26,7
Carro e motocicleta	252.856	5,2	193.637	5,3	59.219	5,0
Não possui carro nem motocicleta	2.896.924	60,1	2.211.008	60,6	685.916	58,3

Fonte: IBGE—PNAD 2007 e 2013. Elaborado pela SEI a partir dos microdados.

34,8% dos domicílios com computador, um índice de 86,9% estava conectado à rede mundial de computadores. A zona urbana possui índices mais elevados de existência de computadores nos domicílios do que a rural. Em 2013 era de, respectivamente, 43,7% e 7,3%. Desses, 88,1% estavam ligados à internet na zona urbana, e 64,0% na zona rural para o mesmo ano.

O aparelho de telefone fixo perde espaço nos domicílios enquanto o celular se populariza no período em análise. O percentual de domicílios com telefone fixo caiu de 29,6% para 22,5%. Enquanto o uso do celular passou de 49,2% para 84,8%. Na zona rural, o uso do celular avançou 45,8 pontos percentuais.

Carro e motocicleta ainda são bens restritos. Em 2013, apenas 18,6% dos domicílios possuíam carro no total da Bahia. O número de motocicletas era ainda menor (16,1%). Enquanto os carros eram maioria na zona urbana (21,4%), no meio rural a motocicleta despontava como maioria, com índice superior (26,7%) ao da zona urbana (12,7%) e total do Estado (16,1%). A posse desses bens duráveis de transporte afeta, também, o tempo e a forma de deslocamento casa-trabalho.

Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho

O tempo gasto para percorrer a distância diária entre a residência e o local de trabalho pode afetar negativamente a qualidade de vida. O dispêndio de tempo é apenas um dos problemas. A esse efeito estão aliados as despesas financeiras e o stress do deslocamento. O custo de oportunidade é o tempo que seria gasto em outras atividades, como as de lazer e educacionais.

Observa-se na Tabela 6 que, na Bahia, mais da metade das pessoas passava até 30 minutos no deslocamento para o trabalho. Em 2007, esse índice era de 51,7%, já em 2013, foi de 54,3%. Aproximadamente, 15% da população, para o total da Bahia, utilizava entre 30 minutos e 1 hora para chegar ao trabalho.

É elevado o número de pessoas que trabalham no mesmo local da residência. Em 2007, esse percentual era de 21,2%, enquanto que em 2013 foi de 16,8%. Na zona rural, o

Tabela 6
Tempo de deslocamento para o trabalho principal, na semana de referência, Bahia – 2007/2013

Tempo de deslocamento	2007			2013		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Até 30 minutos	51,7	58,1	37,9	54,3	57,0	44,3
Mais de 30 minutos até 1 hora	15,0	17,1	10,6	14,7	16,1	9,8
Mais de 1 até 2 horas	4,6	5,6	2,5	5,5	6,4	2,3
Mais de 2 horas	1,0	1,2	0,6	1,4	1,7	0,6
Não ia direto para o trabalho	6,4	7,5	3,8	7,3	7,2	7,6
No mesmo local de residência	21,2	10,5	44,6	16,8	11,7	35,5

Fonte: IBGE - PNAD 2007 e 2013. Cálculos da SEI.

percentual é mais elevado do que na zona urbana. No meio rural, esse índice era de 44,6% e apresentou uma queda de 9,1 pontos percentuais. Em 2013, o percentual foi de 35,5%. No meio urbano, ocorreu um aumento. Em 2013, 11,7% trabalhavam no mesmo local de residência ante a 10,5% em 2007.

O número de indivíduos que perdem mais de 1 até 2 horas ou mais de 2 horas no deslocamento para o trabalho principal tem avançado no total da Bahia.

CONCLUSÕES FINAIS

Na Bahia, para o período em análise, continua a tendência à urbanização. Há melhora na condição da moradia, visto que aumentou o número de domicílios, diminuiu o percentual dos que residem em cômodos, e a alvenaria predomina como material utilizado na construção das paredes externas. Existe uma quase universalização da iluminação elétrica, e essa possui a rede, geradores e solar como fonte principal. O desafio continua na área de saneamento, principalmente no meio rural.

